Jurisprudência em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 101: DA FIANÇA - I 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 101 Brasília, 13 de abril de 2018

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 09/03/2018.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 101: DA FIANÇA - I

1. O contrato de fiança deve ser interpretado restritivamente, de modo que a responsabilidade dos fiadores se resume aos termos do pactuado no ajuste original, com o qual expressamente consentiram.

Julgados: REsp 1482565/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 15/12/2016; AgRg no AgRg no REsp 1395559/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 25/02/2016; AgRg no REsp 1379057/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 26/10/2015; AgRg no AgRg no REsp 900257/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 12/03/2015; AgRg no REsp 1152768/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 26/08/2013; REsp 1013436/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 28/09/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 595)

2. Existindo, no contrato de locação, cláusula expressa prevendo que os fiadores respondam pelos débitos locativos até a efetiva entrega do imóvel, subsiste a fiança no período em que referido contrato foi prorrogado, ressalvada a hipótese de exoneração do encargo.

Julgados: AgInt no AREsp 1009154/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 16/02/2018; AgInt no AREsp 358331/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 27/11/2017; AgInt nos EDcl no REsp 1559105/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 22/11/2017; AgInt no AREsp 1046000/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 27/10/2017; AgRg nos EDcl no AREsp 156306/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 05/05/2017; AgInt no AgInt no AREsp 981181/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 07/04/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 602)

3. O fiador na locação não responde por obrigações resultantes de aditamento ao qual não anuiu. (Súmula n. 214/STJ)

Julgados: AgInt nos EDcl no AREsp 177738/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJE 15/12/2017; AgInt nos EAREsp 198344/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, DJE 13/09/2017; AgInt no AREsp 722245/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 20/03/2017; AgInt nos EDcl no REsp 1484187/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 16/11/2016; AgInt no AgRg no REsp 1340290/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 03/10/2016; AgRg no REsp 1520064/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 19/05/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 602) (Vide Súmula Anotada N. 214/STJ)

4. Havendo mais de um locatário, é válida a fiança prestada por um deles em relação aos demais, o que caracteriza fiança recíproca.

Julgados: REsp 911993/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 13/12/2010; AgRg no Ag 1158649/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJE 29/03/2010; EREsp 911993/DF (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, Publicado em 23/05/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 445) (Vide Jurisprudência em Teses N. 53 - TEMA 1)

5. É válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação. (Súmula n. 549/STJ) (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - Tema 708)

Julgados: AgInt nos EDcl no REsp 1608088/MG, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJE 14/02/2018; EDcl no AgInt no AREsp 756233/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 20/11/2017; AgInt no REsp 1671073/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 13/11/2017; AgInt no REsp 1662963/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 28/08/2017; AgInt no AREsp 224194/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 20/04/2017; AgRg no REsp 1377768/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 27/06/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 552) (Vide Súmula Anotada N. 549/STJ) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Jurisprudência em Teses N. 44 - TEMA 15 e N. 53 - TEMA 7) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repercussão Geral - Tema 295)

6. A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia (Súmula n. 332/STJ).

Julgados: AgRg no AgRg no REsp 900257/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJE 12/03/2015; Rcl 013507/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 19/08/2014; AgRg nos EDcl no AREsp 041973/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 27/09/2012; REsp 1165837/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Rel. p/ Acórdão Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, DJE 15/06/2012; REsp 1185982/PE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 02/02/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 142) (Vide Súmula Anotada N. 332/STJ) (Vide Pesquisa Pronta)

7. A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia (Súmula n. 332/STJ), salvo se o fiador emitir declaração falsa, ocultando seu estado civil de casado.

Julgados: AgInt no REsp 1345901/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 12/05/2017; AgInt nos EDcl no REsp 1384112/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 11/10/2016; AgInt no AgInt no AREsp 853490/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 08/09/2016; EDcl no AgRg no AREsp 698034/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 23/11/2015; AgRg no REsp 1507413/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 11/09/2015; AgRg nos EDcl no REsp 1459299/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 31/03/2015;

(Vide Súmula Anotada N. 332/STJ) (Vide Pesquisa Pronta)

8. A fiança prestada por fiador convivente em união estável, sem a outorga uxória do outro companheiro, não é nula, nem anulável.

Julgados: AgInt no AREsp 841104/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 27/06/2016; REsp 1299866/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 21/03/2014; REsp 1240707/PB (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, Publicado em 09/08/2017; AREsp 943260/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, Publicado em 28/06/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 535)

9. A nulidade da fiança só pode ser demandada pelo cônjuge que não a subscreveu ou por seus respectivos herdeiros.

Julgados: AgRg no REsp 1232895/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 13/08/2015; AgRg nos EDcl no Ag 1165674/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJE 08/04/2011; REsp 1128770/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Rel. p/ Acórdão Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUINTA TURMA, DJE 06/12/2010; AgRg nos EDcl no REsp 1024785/SP, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, DJE 17/11/2008; REsp 946626/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 07/02/2008; AREsp 1175033/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 23/02/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 581)

10. A retirada dos sócios-fiadores, *per si*, não induz à exoneração automática da fiança, impondo-se, além da comunicação da alteração do quadro societário, a formulação de pedido de exoneração das garantias mediante notificação extrajudicial ou ação judicial própria.

Julgados: AgInt no AREsp 687507/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 21/09/2017; AgInt nos EDcl no AREsp 853523/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 07/03/2017; AgInt no AREsp 869307/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 22/02/2017; AgRg no AgRg no REsp 1395559/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 25/02/2016; AgRg no AREsp 452306/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 16/10/2015; AgRg no REsp 604962/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJE 20/06/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 468)

11. A decretação de falência do locatário, sem a denúncia da locação, nos termos do art. 119, VII, da Lei n. 11.101/2005, não altera a responsabilidade dos fiadores junto ao locador.

Julgados: REsp 1634048/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 04/04/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 602)